



HISTÓRIAS DE VIDA DE RECLUSOS E REINserÇÃO SOCIAL LIFE STORIES OF OFFENDERS AND SOCIAL ADJUSTMENT

Maria José D. Martins

Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Portalegre
mariajmartins@esep.pt

Jorge Casanovas

Estabelecimento prisional de Elvas
jorgenewhouses@hotmail.com

Fecha de Recepción: 19 Febrero 2014

Fecha de Admisión: 30 Marzo 2014

ABSTRACT

This is a qualitative study, with 20 male offenders, aged from 25 to 56 years old, incarcerated in a Portuguese prison. The objectives of this research were: to identify the beginning of anti-social conduct; the contextual factors that facilitate the occurrence of that conduct and the processes perceived by the offenders that would facilitate the social reinsertion. Methodology involves analysis of offender's process and semi structured interview. Results indicate that 45% of offenders begin anti-social conduct in adolescence and 5% in childhood. The causes they appoint to deviant conduct were bad influence of deviant peers, drug addiction, and no employment. The factor they believe will help them in social reinsertion was to have a job. Data suggest certain reinsertion social strategies and the necessity of primary prevention of violence in schools.

Keywords: anti-social conduct; offenders; social adjustment

RESUMO

Apresenta-se um estudo qualitativo, com 20 reclusos adultos do género masculino, com idades entre os 25 e os 56 anos, a cumprir pena numa prisão. Os objetivos deste estudo consistiam em identificar: o período do desenvolvimento que os reclusos associavam ao início da sua conduta anti-social; os fatores contextuais que facilitaram o início dessa trajetória; e os fatores que os reclusos percebiam como facilitadores da sua reinserção social no futuro. A metodologia incluiu análise documental dos processos dos reclusos e uma entrevista semi-estruturada. Os resultados sugerem que 45% dos reclusos identificam a adolescência como o período em que se iniciou o comportamento anti-social e 5% a infância. Os fatores contextuais mais apontados pelos reclusos para explicar o início dessas condutas foram a associação com pares desviantes; a toxicoddependência e o



desemprego. O fator identificado como mais facilitador da reinserção social foi ter um trabalho. Os dados sugerem determinadas estratégias de reinserção social e a necessidade de programas de prevenção primária da violência em contexto escolar.

Palavras chave – conduta anti-social; reclusos, reinserção social

INTRODUÇÃO

A violência, a incivildade e o comportamento agressivo, constituem um grave problema para sociedade contemporânea porque afetam os sentimentos de segurança, bemestar, justiça e qualidade relacional dos cidadãos, além de que as suas consequências têm custos económicos elevados pois repercutem-se na mobilização dos sistemas policial, social, de justiça, de saúde e educacional. A compreensão dos fatores e contextos associados à violência revela-se assim de suprema importância a fim de se delinearem, por um lado, programas que visem a redução da reincidência no crime e, por outro, programas de prevenção primária eficazes.

Vários são os autores (e.g., Dodge, 2001; Farrington, 2000, 2002; Kokko & Pulkkinen, 2005; Olweus, 1999) cujas investigações sugerem uma grande estabilidade do comportamento agressivo da infância à idade adulta. Esta estabilidade surge, quer em estudos retrospectivos, nos quais os adultos recordam a sua história de vida e os momentos e contextos em que começou e ocorreu a conduta agressiva ou anti-social (e.g., Farrington, 2000, 2002), quer em estudos prospectivos ou longitudinais que avaliam a evolução do comportamento de crianças e/ou adolescentes até ao início da vida adulta (e.g, Moffitt & Caspi, 2000; Olweus, 1999).

Alguns autores (e.g., Dibiase, Gibbs, Potter & Blount, 2012, p. 29) obtiveram evidência de que a delinquência e a conduta anti-social, em geral, se associam a determinadas distorções cognitivas ou erros de pensamento:

- Centração no eu - Pensar que as suas opiniões e sentimentos são mais importantes que os dos outros; não considerar o modo como os outros sentem as coisas. Ou pensar apenas no que se quer no imediato sem ponderar as consequências desse comportamento no futuro, para si ou para os outros;

- Minimizar e Etiquetar - Pensar que a sua conduta não magoa muito os outros, nem está mal ou etiquetar os outros de modo a justificar o comportamento e a desvalorizá-los de tal modo que pareça justificável fazer mal a essas pessoas.

- Assumir o pior - Pensar que tudo é feito contra si próprio ou pensar que apenas coisas más podem acontecer e/ou que nada é possível fazer para melhorar o mal que acontece na vida.

- Culpar os outros - Não assumir a responsabilidade pelo seu comportamento, em vez disso culpar os outros, ou considerar que pode magoar os outros porque eles merecem ou ainda desculpar o seu comportamento porque estava sob o efeito do álcool ou drogas.

Loeber & Hay (1997, p.386) identificam três grandes trajetórias de desenvolvimento associadas à conduta anti-social:

- A trajetória aberta ou de expressão exteriorizada, que se inicia com agressão menor (aborrecer os outros, praticar bullying), continuando depois com brigas, lutas físicas e progressivamente com mais violência física (atacar fisicamente, violentar);

- A trajetória encoberta, que consiste numa escalada de condutas encobertas, iniciando-se por mentiras, dissimulação, furtos de pequena dimensão e evoluindo depois para furtos, desvios de dinheiro e fraudes mais sérios;

- A trajetória dos conflitos com a autoridade, que diz respeito à dificuldade em respeitar e lidar com a autoridade.

Acrescentaríamos uma quarta trajetória, a da violência exercida na privacidade, em simultâneo com uma aparente respeitabilidade e cumprimento de deveres na vida pública (abrangendo os



vários tipos de violência doméstica, como os maus tratos às crianças/filhos; ao conjuge ou ao idoso).

Vários autores (e.g. Born, 2005; Farrington, 2000; Loeber & Dishon, 1983; Fonseca, 2002) têm identificado alguns preditores de delinquência masculina associados às histórias de desenvolvimento, aos contextos e fatores escolares e, em especial, a fatores e contextos relacionados com a família. Assim, distúrbio de comportamento na infância; insucesso e abandono escolar; criminalidade dos pais; violência conjugal; vinculação insegura com os progenitores; rejeição da mãe; ausência ou relação tensa com o pai; práticas disciplinares dos pais, por um lado, excessivamente coercivas com utilização de punição física, ou por outro lado, com pouca supervisão e monitorização das atividades dos filhos, parecem constituir preditores de conduta anti-social na vida adulta. Farrington (2000, p.55) diferencia entre preditores comportamentais e preditores explicativos da violência no adulto: o início precoce da conduta anti-social seria um exemplo de preditor comportamental e a educação parental um preditor explicativo. O primeiro é importante para identificar os sujeitos em risco e o segundo é importante para compreender as causas que conduzem à criminalidade.

O estudo que apresentamos é de natureza retrospectiva e foi conduzido com um grupo de reclusos adultos do género masculino, a cumprir pena num estabelecimento prisional português, e teve como objetivos identificar, a partir das perspetivas dos próprios reclusos:

O período do desenvolvimento associado ao início da conduta anti-social.

Os fatores e contextos que facilitaram o início dessa trajetória.

Os fatores que os reclusos percebiam como facilitadores da sua reinserção social no futuro.

Trata-se de um estudo de natureza qualitativa, em que se privilegia a narrativa e a história de vida como o método que melhor poderá permitir uma compreensão da articulação entre o individual e o social no desenvolvimento de trajetórias desviantes.

METODOLOGIA

Participantes

Vinte reclusos de um estabelecimento prisional situado em Portugal (que à data do estudo incluía um total de 57 reclusos), todos do género masculino, com idades compreendidas entre os 25 e os 56 anos, sendo a média das idades de 32 anos, com habilitações que oscilavam entre o 4.º e o 12.º anos de escolaridade. A maioria tinha uma profissão antes do encarceramento, apenas dois estavam desempregados. Dos 20, 15 eram portugueses e 5 estrangeiros, de várias nacionalidades. Relativamente à sua situação jurídico-penal, 19 reclusos estavam condenados e um aguardava julgamento em prisão preventiva. Dos 20, 13 eram primários e 7 eram reincidentes. No que se refere aos crimes praticados, havia vários tipos, nomeadamente: tráfico de estupefacientes, homicídio, condução sem habilitação legal e sob o efeito do álcool, burla e falsificação, e ameaças e injúrias. No que se refere às molduras penais, oscilavam entre 6 meses a 8 anos de prisão, pelo que alguns dos reclusos terminaram o tempo de encarceramento pouco tempo depois da recolha de dados.

Instrumentos

Foi efetuada análise das seguintes fichas (que fazem parte do sistema de informação prisional disponível na instituição):

Ficha de acolhimento – preenchida obrigatoriamente pelo técnico de reeducação quando o recluso entra no estabelecimento, inclui dados sociodemográficos, história familiar, escolar e profissional.

Ficha de acompanhamento – regista o percurso dentro do estabelecimento prisional (saúde, família, visitas, atitudes, comportamento e disciplina, formação e atividades sócio-culturais).



Plano individual de readaptação – pretende preparar o recluso para o momento de saída em liberdade.

Entrevista semi-estruturada com cinco grandes questões elaborada propositadamente para este estudo, que visava apurar: a história de desenvolvimento (lembrar a infância, adolescência e juventude e os aspetos positivos e negativos a elas associados); identificar o que poderia ter feito para evitar estar neste momento privado de liberdade (fatores e contextos associados à conduta anti-social); enunciar que fatores poderiam ajudar na sua reinserção social no futuro; o que já fez no estabelecimento prisional e pensa fazer na sua vida futura, quando sair da prisão, que facilite a reinserção social.

Procedimento

Após obtida autorização da Direção Geral dos Serviços Prisionais, o segundo autor deste estudo, preenchia e/ou analisava as fichas atrás descritas e entrevistava os reclusos individualmente. Para o efeito foram explicados os objetivos do estudo e obtido o consentimento informado do recluso. Foi ainda garantida a confidencialidade no que se refere à divulgação dos resultados obtidos. A seleção dos 20 reclusos baseou-se no consentimento informado e no facto de serem reclusos preferencialmente condenados (pois dos 57 reclusos que estavam no estabelecimento, 8 eram preventivos e 49 estavam condenados). Dos 57, 17 estavam a cumprir pena com dias livres.

APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

A tabela n.º 1 apresenta excertos de relatos dos reclusos em resposta à primeira questão (identificar aspetos positivos e negativos na infância, juventude e idade adulta) e /ou à segunda (o que poderia ter feito para evitar esta situação), pois pretendia-se identificar o momento da conduta anti-social sem o perguntar diretamente, de modo que a associação a algo de positivo ou negativo fosse efetuada pelo próprio recluso. Os nomes dos reclusos foram substituídos por números atribuídos para este estudo específico.

Tabela n.º 1 - Início da conduta anti-social

Categorias de respostas	Unidades de registo/exemplos	Freq.
Início da conduta anti-social na infância (antes dos 11 anos)	«...o ter-me metido nas drogas cedo demais, começar a consumir haxixe com 8/9 anos. A heroína com 11 anos» (n.º 3)	1 (5%)
Início da conduta anti-social na adolescência (dos 12 aos 18 anos)	«A minha infância foi praticamente toda muito positiva, até à idade em que desisti da escola aos 15 anos...foi aí que pela primeira vez fumei haxixe (...). O que correu mais mal foi conduzir sem carta, fui apanhado 3 vezes...» (n.º 2) (n.º 4) «...no que diz respeito à juventude já me vem à memória as más companhias, as drogas». (n.º 5) «A minha infância foi normal até aos 16 anos. Já estava no ciclo quando deixei os estudos para começar a trabalhar, nessa idade entrei para a vida do crime» (n.º 6)	8 (40%)



	<p>«Na juventude acabei por entrar em maus caminhos, as más companhias, que foi isso que me fez vir parar à prisão» (n.º 9)</p> <p>«Estive numa casa de correcção entre os 15 e os 18 anos» (n.º 11)</p> <p>«...saí de casa duas vezes. Uma aos 12/13 e outra tinha 16 anos. A bebida nessa altura era o meu grande vício» (n.º 12)</p> <p>«O que podia ter feito para não estar aqui era não ter aprendido a conduzir tão cedo (sem habilitação legal para conduzir) ...deveria ter-me mantido no futebol e evitar o caminho da bebida e das drogas...» (n.º 13)</p>	
Início da conduta anti-social na idade adulta (depois dos 18 anos)	<p>(n.º 1) (n.º 7) (n.º 15) (n.º.19)</p> <p>«... as más companhias influenciaram muito a minha vida» (n.º. 8)</p> <p>«O que me vem à memória foi um acidente que sofri aos 19 anos, quando comecei a seguir pelo caminho errado» (n.º 10)</p> <p>«...a minha avó deu-me o dinheiro quando eu fiz os 18 anos. Mas eu nunca sequer me inscrevi na escola de condução» (n.º 14)</p> <p>«...para evitar estar preso desta vez, só não conhecendo estas pessoas» (n.º. 16)</p> <p>«A minha infância correu bem...A culpada foi a minha companheira. Tudo o que eu ganhava, ela estragava lá em casa» (n.º 17)</p> <p>«Tive uma infância feliz e saudável...fui para Madrid...onde fui aliciado a transportar a droga» (n.º. 18)</p> <p>«Estive preso alguns meses por falta de carta de condução (...) agora estou acusado por homicídio por negligência, pois atropelei uma pessoa...» (n.º 20)</p>	<p>11 (55%)</p>
Total		<p>20 100%</p>

Verificou-se que cerca de 55% dos participantes iniciaram a conduta anti-social na vida adulta, 45% na adolescência (antes dos 18 anos) e um, 5%, identifica a infância, em associação com consumo de drogas.

Apresenta-se em seguida a tabela n.º 2 com a lista de fatores e/ou contextos identificados pelos reclusos como estando associados ao início da conduta anti-social e responsáveis pelo encarceramento.



Tabela n.º 2 – Fatores e contextos associados à conduta anti-social

Categorias de resposta	Unidade e registo/exemplos	Freq.
Convívio com amigos desviantes	<p>«Podia ter deixado de conviver com algumas pessoas, não estar com certa gente para não me envolver em certas coisas» (n.º 6)</p> <p>«Não deveria ter ido pela cabeça dos outros» (n.º 8)</p> <p>«... acabei por entrar em maus caminhos, as más companhias» (n.º 9)</p> <p>«Já me tinham dito muitas vezes antes para fazer aquele serviço (tráfico de droga) e sempre me tinha negado, mas naquele dia acabei por aceitar» (n.º 11)</p> <p>«Saía à noite com amigos e levava o carro (sem habilitação legal para conduzir)» (n.º 13)</p> <p>«Para não estar preso, só não conhecendo estas pessoas. Se não tivesse ido trabalhar para o A., a vida poderia ter corrido de outra forma» (n.º 16)</p>	6 (30%)
Situação de emigrante associado à pobreza ou desemprego	<p>«...estava desempregado...nem dinheiro tinha para suportar as minhas despesas do dia-a-dia» (n.º 1)</p> <p>«Fui para Madrid. Lá tentei entrar para outra empresa... Onde fui aliciado a transportar a droga...» (n.º 18)</p>	2 (10%)
Associação com o consumo de droga e/ou álcool	<p>«O agora estar preso tem a ver com uma situação específica, o roubo (para comprar droga)» (n.º 3)</p> <p>«... a curiosidade de querer experimentar as drogas... o dinheiro ilícito» (n.º 5)</p> <p>«Roubava para comprar droga» (n.º 10)</p> <p>«Não conseguia manter um trabalho...o vício da bebida provocava sempre que eu o perdesse» (n.º 12)</p>	4 (20%)
Conflitos e violência nas relações amorosas	<p>«Por causa de uma pessoa que me perseguiu durante cinco anos depois de casar» (n.º 4)</p> <p>«A minha mulher tinha estado com outro homem e por isso entrou em depressão nervosa e eu ainda fui com ela para o hospital e fiz sempre tudo por ela. Acho que mais não poderia ter feito» (n.º 19)</p> <p>«...nem sequer trabalhava e vivia à minha custa...muitas situações de stress lá em casa...estraguei a minha vida por causa</p>	3 (15%)



	dela...Cheguei a fazer as malas para sair e ela não o permitia...ela fez queixa que eu a tinha agredido. Agora vejo que agi mal e se voltasse a acontecer apenas lhe voltava as costas e evitava estes problemas» (n.º17)	
Não tirou a carta de condução	«Deveria ter tirado a carta de condução» (n.º 7) «Deveria ter tirado a carta de condução» (n.º 14) «De certa forma acomodei-me um pouco com a situação de não possuir carta de condução» (n.º16) «Fui apanhado três vezes nesta situação (sem habilitação legal para conduzir). Precisava porque não tinha transporte para ir para o trabalho» (n.º 2) «...pois atropelai uma pessoa quando esta ia passar a passadeira» (n.º 20)	5 (25%)
Total		20 (100%)

Os testemunhos apresentados na tabela 2 salientam a associação com amigos ou companheiros com comportamento desviante, como sendo o fator mais frequentemente associado pelos reclusos ao início da conduta anti-social; seguido pela prática reiterada de condução sem habilitação legal (associando-se à condução sob o efeito do álcool ou ao atropelamento de alguém); seguido pelo consumo de drogas (que se associa, por sua vez ao tráfico de estupefacientes). Em último lugar surgem os conflitos amorosos e as situações de desemprego e pobreza, como os principais fatores ou contextos que desencadearam a conduta anti-social ou desviante, na perspetiva dos próprios reclusos.

Registe-se ainda que dos 20 reclusos 12, ou seja a maioria (60%) recorda uma infância e uma família feliz; 7 (ou seja 35%) recordam uma infância difícil (ausência ou má relação com o pai, disciplina coerciva e punitiva, família destruída e/ou pobreza) e relativamente a um dos reclusos não foi possível identificar como tinha sido a sua infância. Os dois reclusos que atribuíram ao desemprego e à pobreza a prática dos crimes recordaram ambos a infância e as famílias como períodos felizes. Destacam-se algumas afirmações do grupo de reclusos que recorda uma infância infeliz: «Fugi de casa dos meus pais aos 13 anos, o meu pai castigava-me bastante»; «A minha infância foi muito má e complicada. Sempre fui uma criança martirizada, infelizmente nunca soube o que era o carinho de uma pessoa...batiam-me bastante...»; «Apenas recordo momentos maus...quando fiz nove anos saí de casa (a mãe) batia-me muito e também a via ser agredida»; «Recordo o meu relacionamento com o meu pai...Vivia com o meu pai e a minha mãe mas ele tanto era violento com um como com outro».

Em seguida apresenta-se a tabela n.º 3 com os fatores que os reclusos identificam como facilitadores da sua reinserção social no futuro. Nas tabelas 2 e 3 as unidades de registo foram superiores ao número de reclusos, pelo que o total é superior ao número de entrevistados.



Tabela n.º 3 - Identificação dos fatores para a reinserção social

Categorias de resposta	Unidade e registo/exemplos	Freq.
Encontrar um trabalho que ainda não está definido	<p>«Quando sair espero conseguir começar a trabalhar» (n.º 1)</p> <p>«Quando sair estou a pensar em arranjar o meu trabalhinho» (n.º 2)</p> <p>«Pretendo abrir um bar» (n.º 6)</p> <p>«Inserir-me no mercado de trabalho ou então criar o meu próprio trabalho» (n.º 9)</p> <p>«Pretendo voltar a trabalhar» (n.º 15)</p>	<p>5 (16,7%)</p>
Voltar ao trabalho anterior ao encarceramento ou outro em perspetiva	<p>«Penso ir trabalhar com o meu primo em S.» (n.º 10)</p> <p>«Tenho um primo que trabalha na A. e possui uma agência» (n.º 18)</p> <p>«Penso recuperar todas as máquinas de jardinagem e voltar ao negócio» (n.º 3)</p> <p>«Quero continuar a ser aquilo que era antes, pintor da construção civil» (n.º 4)</p> <p>«Voltar a trabalhar com o meu pai na construção civil» (n.º 7)</p> <p>«Vou voltar a trabalhar onde estava antes de ser preso» (n.º 12)</p> <p>«...tenho emprego, na mesma empresa onde estava antes» (n.º 14)</p> <p>«Pretendo voltar a trabalhar, junto à minha família... já que se trata de um negócio familiar». (n.º 16)</p>	<p>9 (30%)</p>
	«Tenho o meu emprego garantido» (n.º 20)	



Aderir a uma convicção religiosa	«Quero frequentar a Igreja Evangélica» (n.º 4)	1 (3,3%)
Tratamento da toxicodependência ou compromisso de deixar os consumos	«Encontrar trabalho, fugir do mundo da droga e do vício» (n.º 9)	1 (3,3%)
Aumentar a formação profissional e/ou escolar	«Já tenho alguns conhecimentos mas gostaria de frequentar um curso e adquirir mais conhecimentos» (n.º 4) «Pretendo qualificar-me porque sei que as coisas lá fora não estão nada fáceis. Estou a estudar Engenharia ...» (n.º 5) «Gostava de me dedicar à Informática...» (n.º 11) «...vou ver se me inscrevo num Curso de Formação Profissional» (n.º 13) «...quero continuar a trabalhar e estudar» (n.º 18)	5 (16,7%)
Regressar ou não a uma certa localidade	«Não quero voltar para o A» (n.º 3) «Voltar para a minha terra...» (n.º 17)	2 (6,7%)
Voltar à família ou reunir a família	«...mantendo-me sempre perto do meu filho e de minha mãe» (n.º 5) «...voltar para junto da minha companheira» (n.º 12) «Voltar para a minha terra, lá estão meus pais...» (n.º 17) «Quero voltar para junto da minha família porque minhas filhas precisam de mim em casa junto delas» (n.º 20) «Vou buscar a minha filha que se encontra aqui em E. numa instituição de acolhimento» (n.º 17)	5 (16,7%)
Tirar a carta de condução	«...tirar a carta» (n.º 8)	
	«...encontrar trabalho para poder pagar a carta de condução» (n.º 13)	2 (6,7%)
Total		30 100%

A leitura da tabela n.º 3 revela que o regresso ao trabalho, quer seja à anterior profissão, quer seja à procura de um novo trabalho, revela-se o fator mais frequentemente identificado pelos reclusos como facilitador da reinserção social; seguido pela reunião com a família. Paradoxalmente, embora fossem cinco os casos de condução sem habilitação legal, apenas dois referem a necessidade de tirar a carta de condução e embora se identificassem quatro casos de associação com o consumo de droga, apenas um, refere a tentativa de abandonar os consumos, sem se referir a qual-



quer tratamento. Tendo em conta que a maioria trabalhava antes do encarceramento, a ênfase no regresso ao trabalho pode explicar-se, em parte, por efeitos de desajustabilidade social (os reclusos poderiam tentar responder ao que se esperava, tendo em conta que se tratava do técnico de reeducação que conduzia as entrevistas). Deste modo, a reinserção deverá trabalhar o tipo de crime cometido, as crenças e as condutas associadas, como seria o caso do tratamento da dependência da droga ou do álcool, que nalguns casos levaram ao tráfico de estupefacientes, em outros casos, a reinserção deverá passar pela aprendizagem de atitudes que visem o cumprimento das regras de trânsito. As situações de desemprego e pobreza identificadas foram apenas duas. Apesar de tudo, a ênfase nas afirmações que salientam o trabalho e a formação profissional como facilitadores da reinserção social parece revelar que quer a formação profissional, como o arranjar ou regressar ao trabalho poderão dar um forte contributo na reinserção social.

DISCUSSÃO E CONCLUSÕES

No que se refere à identificação do período de desenvolvimento em que se iniciou a conduta anti-social em relação aos reclusos entrevistados os dados seguem os resultados usualmente encontrados na literatura. Assim, segundo Olweus, (1999) a estabilidade da conduta anti-social situa-se entre os 40% a 60%, neste grupo foram 45% os que iniciaram a conduta anti-social antes da idade adulta, o que sugere a pertinência e importância de programas de prevenção primária da violência no final da infância, pré-adolescência e adolescência.

A família pode ser considerada um fator de risco em cerca de um terço dos reclusos entrevistados, na medida em que cerca de um terço recorda uma infância infeliz e uma família difícil (disciplina coerciva e punitiva; ausência ou má relação com o pai; desorganização familiar; violência conjugal que se refletia nos filhos), aspeto que tem sido evidenciado em vários outros estudos (Fonseca, 2002). Nos restantes dois terços a família é encarada como um fator de proteção e como um apoio na reinserção social.

O fator e contexto mais associados ao desencadear da conduta anti-social e criminosa, tal como identificados por este grupo de reclusos, foram a associação com pares desviantes, o que revela, em parte, a atuação de distorções cognitivas, em particular, a tendência a culpabilizar os outros (como foi por exemplo em um caso de violência conjugal e nos casos de tráfico de droga). Contudo a identificação desse fator pode permitir um trabalho de reinserção social com os reclusos que enfatize a possibilidade de escolher o afastamento dos pares considerados desviantes e de seguir um caminho escolhido pelo próprio (Dibiase et al., 2012).

Os reclusos apontam como fatores de reinserção social o regresso ao trabalho em conjunto com a formação profissional, estas respostas podem ter sido influenciadas pelo efeito de desajustabilidade social, uma vez que apenas para 2 dos 20 reclusos, de acordo com os seus próprios testemunhos, a pobreza e o desemprego constituíram os fatores que desencadearam a prática do crime. De modo que um trabalho específico de reinserção social relacionado ao tipo de crime seria pertinente, associado à alteração das distorções cognitivas, nomeadamente a tendência para culpabilizar os outros. O tratamento das dependências e a aprendizagem de condutas e atitudes relacionadas com a prevenção rodoviária parecem ser os mais adequados para a maioria destes entrevistados. Tal como afirma Gonçalves (2007, p.577) «...a prisão tem que oferecer condições de oferta de trabalho, educação, formação profissional e lazer, que contribuem para a aquisição de competências por parte dos reclusos, mas tem igualmente que promover, através de programas de competências relacionais e interpessoais, a mudança de atitudes, de cognições, de comportamentos e de estilos de vida».

Em suma, o início das condutas anti-sociais ocorre cedo no desenvolvimento, pré-adolescência e adolescência, sobretudo quando se associa à dependência de drogas, incivilidades ou outro tipo



de comportamentos desviantes. A prevenção primária da violência deverá assim incluir-se nos projetos educativos de escola e os programas deverão associar-se à prevenção da toxicodependência e à educação para a cidadania. Os programas deverão incluir as componentes cognitiva, afetivo-emocional e comportamental da violência, trabalhando as distorções cognitivas, atrás enunciadas, que bloqueiam os sentimentos de empatia pelos outros e facilitam o desencadear de condutas anti-sociais e criminosas. A prevenção primária da violência deverá também articular a ética da justiça (cumprir regras e deveres) com a ética do cuidado (assumir a responsabilidade pelos atos e desenvolver a empatia) (Dibiase et al., 2012; Farrington & Ttofi, 2009; Martins, 2007, 2009).

REFERÊNCIAS

- Born, M. (2005). *Psicologia da delinquência*. Lisboa: Climepsi
- Dibiase, A; Gibss, J.; Potter, G. & Bount, M. (2012). *Teaching adolescents to think and act responsibly. The equip approach*. Champaign, Illinois: Research press.
- Dodge, K. (2001). The science of youth prevention. Processing from developmental epidemiology to efficacy to effectiveness to public policy. *American Journal of Prevention Medicine*, 20,1,1, 63-70.
- Farrington, D. (2000). A predição da violência no adulto. Violência documentada em registos oficiais e violência referida pelo próprio indivíduo. *Psicologica*, 24, pp. 55-76.
- Farrington, D. (2002). Factores de risco para a violência juvenil. In E. Debardieux & C. Blaya, (Orgs.). *Violência nas escolas e políticas públicas*. Brasília: UNESCO.
- Farrington, D. & Ttofi, M. (2009). *School-based programs to reduce bullying and victimization*. London: The Campbell Collaboration. Disponível em www.campbellcollaboration.org
- Fonseca, A C. (2002). (Ed.) *Comportamento anti-social e família. Uma abordagem científica*. Coimbra: Almedina.
- Gonçalves, R. A (2007). Promover a mudança em personalidades anti-sociais: Punir, tratar e controlar. *Análise Psicológica*. 4, XXXV, 571-583.
- Koko, K. & Pulkkinen, L. (2005). Stability of aggressive behavior from childhood to middle age in women and men. *Aggressive Behavior*, 31, 485-497.
- Loeber, R. & Dishion, T. (1983). Early predictors of male delinquency: a review. *Psychological Bulletin*, 94, 1, pp.68-99.
- Loeber, R. & Hay, D. (1997). Key issues in the development of aggression and violence from childhood to early adulthood. *Annual Review of Psychology*, 48, 371-410.
- Martins, M. J. D. (2007). Violência interpessoal e maus tratos entre pares, em contexto escolar. *Revista de Educação*, XV,2, 51-78.
- Martins, M. J. D. (2009). *Maus tratos entre adolescentes na escola*. Penafiel: Novembro
- Moffitt, T. & Caspi, A. (2000). Comportamento anti-social persistente ao longo da vida e comportamento anti-social limitado à adolescência: seus preditores e suas etiologias. *Revista Portuguesa da Pedagogia*, XXXIV, 1,2 e 3, 65-106.
- Olweus, D. (1999). Sweden. In P. Smith, Y. Morita, J. Junger-Tas, D. Olweus, R. Catalano & P. Slee (Eds.), *The Nature of School Bullying. A cross-national perspective*. London: Routledge.



International Journal of Developmental and Educational Psychology
Psicología del desarrollo

INFAD, año XXVI
Número 1 (2014 Volumen 1)

© INFAD y sus autores
ISSN 0214-9877